

ALGUNS ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO ARQUIVÍSTICO A PARTIR DA REVOLUÇÃO FRANCESA

SOME ASPECTS OF ARCHIVAL DEVELOPMENT SINCE THE FRENCH REVOLUTION

ERNST POSNER | Some aspects of archival development since the French Revolution. *The American Archivist*, jun. 1940, p. 159-172. Tradução de Lêda Boechat Rodrigues.

O texto a seguir, apresentado por José Honório Rodrigues, então diretor do Arquivo Nacional, foi publicado pela primeira vez em português em 1959. Pretendia-se, com isso, prover a instituição e os profissionais de arquivo em geral de uma bibliografia básica capaz de ajudar no aperfeiçoamento profissional. Considerado um texto clássico da área, no exterior e no Brasil, a pequena tiragem e a má qualidade da impressão em mimeógrafo dificultaram sua divulgação nos anos posteriores, apesar da excelente tradução. Com esta republicação, conforme o original, mas com a ortografia atualizada, Acervo deseja sanar tal problema.

Os brasileiros que frequentaram cursos nos Estados Unidos e estagiaram nos Arquivos Nacionais de Washington conheceram o prof. Ernst Posner, antigo membro dos Arquivos da Prússia e, desde 1939, professor da American University, de Washington, na qual se oferecem cursos para arquivistas. Todos dele se recordam com a melhor impressão e não esquecem suas lições e sua figura, misto de erudito germânico, de humanista europeu e de arquivista profissional.

Creio que poucos ensaios especializados terão tanta força de generalização, tanto espírito de crítica e concentração, como este trabalho, que oferece uma valiosa síntese da evolução e dos problemas dos arquivos desde a Revolução Francesa até 1940.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1959
José Honório Rodrigues, diretor do Arquivo Nacional

Depois de terminados os cursos de uma das escolas europeias de arquivo, os professores e membros da escola reuniram-se num modesto banquete, para o qual os últimos haviam preparado alguns entretenimentos humorísticos. Um deles representou uma entrevista entre o arquivista-chefe dos arquivos de estado da Assíria e um impertinente jornalista. Uma porção de tijolos foi trazida e o arquivista explicou como os arquivos tinham de ser guardados e arranjados de acordo com o princípio da proveniência e outros axiomas sagrados. Pretendia-se fazer uma sátira amável do curso de administração de arquivos, que tratara algo exaustivamente dos arquivos do Oriente e da Antiguidade clássica. Eu não precisaria dessa advertência para lembrar que, a fim de traçar um esquema do desenvolvimento arquivístico dos tempos modernos, não é necessário começar com os feitos profissionais de nossos idos e passados colegas da Assíria e Nínive, que têm para nós interesse puramente antiquário. Contudo, temos de voltar alguns séculos se quisermos compreender as tendências que orientaram a história dos arquivos a partir da Revolução Francesa.

Não há dúvida que é possível reconstruir os canais de comunicação que ligam os arquivos da Antiguidade aos da nossa época.¹ Certas regras de guardar as cartas recebidas e registrar as expedidas foram observadas nos impérios romano e bizantino, e, daí, levadas para as dioceses e mosteiros da Grécia e da Itália. Temos apenas de lembrar que os inícios dos arquivos do Vaticano remontam aos séculos terceiro e quarto, e que práticas semelhantes às usadas em Roma devem ter sido adotadas em outros países da Europa Ocidental. Se tentarmos apontar os traços característicos dos antigos arquivos medievais, tanto eclesiásticos como seculares, verificaremos que, originalmente, eles eram quase sempre restritos aos materiais recebidos e, principalmente, aos instrumentos que tinham algum valor financeiro ou legal. Os reis e príncipes que não possuíam residência permanente costumavam preservar esses documentos em lugar seguro, junto com o tesouro e as relíquias preciosas de santos, ou então os depositavam nas instituições das igrejas, que foram as primeiras a desenvolver um certo sistema de guardar documentos. De regra, essas antigas acumulações de documentos não eram ligadas às chancelarias, que durante a Idade Média eram as únicas ou as principais repartições administrativas, mas formavam unidades independentes. Gradualmente, a prática de reter cópias das cartas expedidas começou de novo a predominar. Cópias eram usualmente preservadas em livros, os chamados registros, e o hábito de registrar o material expedido espalhou-se lentamente pela Europa. A consequência disso foi que, no começo, podem observar-se duas séries separadas de arquivos: os documentos originais, recebidos no curso de uma transação, preservados num lugar seguro e considerados como uma posse preciosa; e os registros ou outro tipo semelhante de materiais expedidos, em cópias, guardados pela repartição que expedira o original. Ocasionalmente, havia uma combinação das duas séries, quando a chancelaria

1 Casanova, E. *Archivistica*. 2. ed. Siena, 1928. 295 p.; Pistolesse, S. *Developpement at caractère des archives du onzième siècle a nos jours*. *Archivi d'Italia*, Series II, I (1934), p. 251-298; e também *Guide international des archives*, Europe, Supplément (Rome, 1934), sob o título *Les archives Europeennes du onzième siècle à nos jours*.

considerava necessário adquirir cópias dos documentos recebidos, a fim de tê-las à mão no despacho de seus negócios.

Pelo fim da Idade Média, diferentes fatores contribuíram para a rápida e crescente consolidação e diferenciação dos arquivos oficiais. A residência dos monarcas tornou-se fixa, a finalidade de suas administrações expandiu-se, as comunidades, especialmente na Itália, começaram a estabelecer uma espécie primitiva de depósito arquivístico, e, finalmente, o papel tornou-se usual, de onde resultaram grandes massas de materiais acumulados, necessitando cuidado e preservação.

Em 1284, um inventário e regulamentos foram feitos para os arquivos de Anjou, em Nápoles; na França, em 1318, Pierre d'Étampes começou a catalogar as caixas e registros do Tesouro de Cartas (*Trésor des Chartes*); e, na Inglaterra, William Stapleton realizou o primeiro inventário do Tesouro, em 1323. Em toda a Europa, as coleções dos arquivos existentes foram arranjadas e incluídas em listas para fins administrativos. Gradualmente, as chancelarias e órgãos semelhantes do governo começaram a preservar as cartas recebidas, bem como as cópias das cartas expedidas, mas, naturalmente, não se cogitou da concentração de todo o material arquivístico existente num depósito central, nem se realizou tal coisa. De regra, as velhas acumulações de privilégios e outros documentos, de que o *Trésor des Chartes* era um exemplo típico, mantinham sua existência independente por longo tempo, enquanto materiais mais novos permaneciam nas repartições que os haviam recebido ou criado – isto é, cada repartição governamental conservava seus próprios arquivos de documentos não correntes. São poucos os casos em que se tentou, muito cedo, a unificação. Em 1713, começou, em Hanover, a construção de uma edificação especial para a guarda dos documentos das diferentes partes do país, que se unificara em 1705. Na Áustria, o Arquivo Real e do Estado (Hans-, Hof- und Staatsarchiv) recebeu os velhos materiais arquivísticos da casa de Habsburgo a partir de 1749 e os documentos relativos às relações exteriores, da Chancelaria Real e do Estado (Hof- und Staatskanzlei), a partir de 1762. A Casa do Registro Geral Escocês (Scottish General Register House) estava pronta para o recebimento de documentos em 1784. Mas, de modo geral, a descentralização dos arquivos é o traço característico da administração de arquivos antes da Revolução Francesa. De acordo com Richou (1883), nada menos que 405 depósitos de arquivos existiam em Paris, em 1782, e o número para a França era de 1.225.

A concepção de estabelecimentos gerais de arquivos como lugares onde os documentos de toda a administração do Estado, tanto central como provincial, deveriam ser preservados não se materializou e não poderia materializar-se até que se recebesse um impulso externo e se desenvolvesse uma atitude inteiramente nova em relação aos arquivos.

A Revolução Francesa marca o início de uma nova era na administração de arquivos. Antes de tudo, estabeleceu-se o quadro de uma administração de arquivos públicos de âmbito nacional. Os Arquivos Nacionais, fundados originalmente em 1789 como repartição dos arquivos parlamentares da Assembleia Nacional, passaram, pelo decreto de 24 de junho de 1794 (7 Messidor II), a constituir um estabelecimento central dos arquivos do Estado, ao qual foram subordinados os depósitos existentes nas províncias. Embora durante os primeiros anos da Revolução se houvesse considerado a possibilidade de uma real centralização de to-

dos os documentos nos Arquivos Nacionais, pela lei de 26 de outubro de 1796 (5 Brumaire V) os depósitos locais foram finalmente organizados como Arquivos Departamentais. O resultado foi que pela primeira vez uma administração orgânica de arquivos cobriu toda a rede de depósitos existentes de velhos materiais e de repartições públicas criadoras de documentos.

O segundo efeito importante da legislação revolucionária parece ter sido que o Estado reconheceu sua responsabilidade em relação ao cuidado devido à herança documental do passado. Durante os primeiros anos da Revolução, massas de documentos históricos haviam sido destruídas como monumentos do regime feudal do país. O ministro Garat dera ao arquivista de Lille o seguinte conselho significativo: “todos os velhos documentos de escrita gótica são, aí, presumivelmente, como em todos os lugares, simples títulos legais de feudalismo, de sujeição dos fracos aos fortes” (Richou, 1883, p. 28); podiam, portanto, ser queimados sem hesitação. Gradualmente, começou a prevalecer uma visão mais inteligente. A Agência Temporária de Títulos, criada pelo decreto de Messidor II e encarregada da eliminação de documentos inúteis, mais tarde substituída (em 24 de abril de 1796) pelo Bureau de Seleção de Títulos e chefiada pelo arquivista da república, mostrou compreensão sempre crescente do valor histórico dos documentos de cuja guarda estava incumbida.

A terceira contribuição importante da legislação de arquivos da Revolução Francesa foi o princípio da acessibilidade dos arquivos ao público, o qual foi proclamado pelo artigo 37 do decreto de Messidor: “Todo cidadão tem o direito de pedir, em cada depósito [...] a exibição dos documentos ali contidos”. Não foi tanto o desejo de criar oportunidades para a pesquisa histórica que originou esse regulamento, quanto o desejo de prover as necessidades das pessoas que haviam adquirido parte da propriedade nacional. Mas, ainda assim, pela primeira vez os arquivos eram legalmente abertos e considerados sujeitos ao uso público.

Estas ideias originadas durante a Revolução Francesa constituem as principais correntes que orientam o desenvolvimento arquivístico dos séculos XIX e XX. Sua disseminação foi facilitada quando partes consideráveis da Europa caíram e ficaram durante algum tempo sob o controle francês e sofreram a influência das instituições francesas. Assim, a ideia de um serviço especializado de arquivos públicos foi gradualmente adotada pelos outros países europeus. Os franceses haviam estabelecido um depósito central de arquivos para os documentos não correntes das repartições centrais e Arquivos Departamentais para tais documentos das seções administrativas do Estado. A maioria dos outros países julgou conveniente imitar essa organização, contudo observaram-se certas diferenças. Na França, os Arquivos Nacionais haviam sido estabelecidos como criação inteiramente nova e a mesma coisa sucedeu em outros países onde, sob o ímpeto de um movimento revolucionário, era necessária ação imediata, a fim de se estabelecer a política de documentos dos órgãos destituídos. O Arquivo Geral Holandês (Allgemeen Rijksarchief) em Haia e os Arquivos Gerais do Reino da Bélgica (Archives Générales) podem ser mencionados como estabelecimentos centrais desse tipo. Outros países onde o quadro administrativo não havia sido sacudido tão completamente puderam desenvolver seus serviços de arquivo de modo mais orgânico.

Na maioria desses países, um depósito central de arquivos desenvolveu-se de uma repartição existente de arquivos ministeriais. Os arquivos de um dos departamentos do gover-

no serviu como centro ao redor do qual os outros se cristalizaram, tornando-se, finalmente, os arquivos centrais do Estado. Na Inglaterra, por exemplo, as origens do Public Record Office e do cargo de *Master of the Rolls* estão intimamente ligadas à história da chancelaria (Galbraith, 1934). De modo idêntico, na Suécia, os arquivos centrais começaram pela chancelaria, a repartição central mais velha do país e ainda existente. Seus documentos foram preservados no Arquivo Real (Riksarkiv), estabelecido em 1617, o qual, depois da metade do século XIX, tornou-se o arquivo central do Estado, absorvendo gradualmente os arquivos dos outros departamentos e agências centrais – processo esse que só se completou em 1921, pela incorporação do Arquivo da Câmara (Kammerarkiv) (Brulin, 1929, p. 167). Onde o desenvolvimento de arquivos centrais foi retardado, movimentos revolucionários forneceram, em tempos recentes, o impulso necessário para a concentração. A Alemanha, que até 1918 não dispunha de um serviço organizado de arquivos, fundou o Arquivo do Reich (Reichsarchiv) em Potsdam, para a preservação dos documentos da Guerra Mundial e outros; e a Rússia, onde o sistema de arquivos departamentais especiais jamais havia sido abandonado, e o historiador tinha de encontrar seu caminho através de mais de uma dúzia de estabelecimentos departamentais, introduziu a centralização de modo radical.

Pode-se observar, a esse respeito, um fato estranho. Poder-se-ia esperar que a França, onde se originou a ideia dos arquivos centrais, tivesse aplicado este conceito com a maior determinação. Foi o contrário que aconteceu. Durante pouco tempo, sob Napoleão, a ideia foi seguida na linha da predominância continental e do império renovado de Carlos Magno; das províncias conquistadas, da Espanha, da Itália, dos Países Baixos, e da Alemanha, trouxeram-se os documentos mais preciosos para Paris, a fim de serem guardados num novo edifício de arquivo de dimensões gigantescas. Mas essa ideia dilatadíssima de arquivo central desapareceu com o homem que a havia concebido. Parece que esses anos de atividade exagerada exauriram as energias dos Arquivos Nacionais por um longo tempo, pois o mais antigo e um dos mais notáveis arquivos centrais da Europa não foi capaz de realizar a transferência dos documentos de todas as agências centrais do Estado e de impedir a manutenção e expansão de arquivos especiais pelos ministérios e outras agências centrais. Georges Bourgin (1926), contando a história dos Arquivos Nacionais desde a Guerra Mundial, faz este comentário enfático: “contudo, os Arquivos Nacionais não são, na verdade, inteiramente nacionais, e estão longe de conter todo o corpo de documentos que registram, de diversas formas, a vida multiforme do país”. Ainda em 1936, o governo francês tentava providenciar a transferência regular dos documentos dos ministérios para os Arquivos Nacionais. Mas não ousou questionar a continuação dos arquivos ministeriais separados, que afeta tão consideravelmente todo trabalho de pesquisa nos arquivos franceses.

A ideia de centralização dos documentos de todas as repartições de um país, tanto centrais como locais, num depósito arquivístico, tal como foi originalmente concebida na França, foi abandonada. Durante pouco tempo a administração de arquivos estabelecida na Rússia, depois da Revolução, planejou realizar essa centralização, mas muito cedo se verificou que isso era impossível e indesejável. De modo geral, o quadro dos depósitos de arquivos corresponde à estrutura administrativa do país, com arquivos provinciais ou semelhantes re-

cebendo os documentos das respectivas repartições provinciais. A Inglaterra custou muito a estabelecer uma organização de arquivos correspondente às necessidades de seu mecanismo administrativo peculiar. Só muito recentemente foram criados arquivos locais e a maioria deles está ligada a bibliotecas e instituições semelhantes.

Discutiu-se que ministério deveria supervisionar o serviço de arquivos de um país e o faria melhor. Várias experiências se fizeram e diversos foram os resultados. Quando parecia que os arquivos estavam se tornando instituições preponderantemente eruditas, considerou-se razoável colocá-los sob a direção do Ministério da Educação. Alguns países julgaram mais adequado que eles fossem administrados pelo Ministério do Interior. Discutiu-se esta questão no Congresso de Bruxelas, em 1910. A Prússia foi, provavelmente, o primeiro país em que os arquivos ficaram subordinados diretamente a um ministro, e parece que essa solução, ou a semelhante, pela qual respondem diretamente ao chefe do Estado, se mostrou vitoriosa. Os países que estabeleceram serviços de arquivos mais recentemente preferiram não legá-los a um dos ministérios: a Rússia anteriormente subordinara seus arquivos ao Comitê Executivo Central e nos Estados Unidos o arquivista² é nomeado pelo presidente, com o parecer e consentimento do Senado, reportando-se diretamente ao Congresso. Onde a administração dos arquivos foi subordinada a um dos ministérios o resultado muitas vezes mostrou que ela não foi capaz de obter transferências de documentos dos outros ministérios devido à sua inclinação de antes impedir do que ajudar o trabalho de seu colega encarregado dos arquivos. É muito significativo que na França, onde a administração dos arquivos é função do ministro da Educação, se tenha confiado a ele e ao presidente do Conselho de Ministros a execução do importante decreto de 21 de julho de 1936 (*Journal Officiel de la Republique Française*, 23 jul. 1936, p. 7.711-7.712).

Além de estabelecer a administração dos arquivos como ramo especializado do serviço público, a Revolução Francesa tem a seu crédito haver tornado os arquivos acessíveis ao exame privado. Existem alguns exemplos ainda antes de 1789 de se permitir aos estudiosos o uso de documentos oficiais. Pensamos em Geronimo Zurita (1512-1580), cujos *Anais da Coroa de Aragão* são amplamente baseados em materiais de arquivo e que teve acesso ao Arquivo de Simancas, ou em Samuel von Pufendorf (1632-1697) que, como historiógrafo da Suécia e do Brandemburgo, teve licença para examinar os documentos das duas cortes. O Arquivo Real (Kigsarkiv) dinamarquês, especialmente, já no século XVIII era um centro de atividades históricas (Linvald, 1932). Mas, em geral, negava-se o acesso dos estudiosos aos arquivos e onde se lhes concedia esse favor, era favor e não direito. Com a Revolução Francesa, a acessibilidade aos arquivos foi fortemente restabelecida, provavelmente tendo em vista antes servir às pessoas que desejavam consultar documentos para fins judiciais ou legais. A acessibilidade para uso em estudos eruditos foi, inicialmente, um aspecto secundário e os vastos arquivos imperiais acumulados por Napoleão em Paris, de modo algum se destina-

2 N. E.: o cargo de arquivista, o mais alto do National Archives, equivale ao de diretor-geral dos arquivos nacionais de outros países.

vam ao uso geral do público. Parece que, ainda mais que o princípio da acessibilidade proclamado pela legislação da Revolução, foi outra a força que abriu de par em par as portas dos arquivos, e esta só indiretamente estava ligada à Revolução Francesa. Como consequência da luta contra as várias tendências niveladoras da Revolução e contra o domínio estrangeiro de Napoleão, desenvolveu-se o nacionalismo incipiente. Os povos da Europa gradualmente tomaram consciência de sua individualidade e começaram a usar a história nacional como uma fonte de encorajamento em momentos de desastre nacional. O romantismo começou a glorificar o passado, suas obras de arte e seus monumentos literários e documentais. A publicação de fontes documentais, a fim de torná-las acessíveis para a história do país, e escrever essa história por meio dos materiais recentemente descobertos tornaram-se os objetivos de um vigoroso e entusiástico movimento na historiografia.

Primeiro os diplomas medievais, e depois, cada vez mais, os outros documentos públicos, adquiriram a dignidade de monumentos nacionais e, como tais, foram confiados ao cuidado de guardas competentes. Durante as primeiras décadas do século XIX, o erudito penetrou nos arquivos públicos da maioria dos países e começou a tomar o lugar dos primitivos funcionários treinados em trabalhos de redação e registro oficial. A capacidade desses funcionários não deveria ter sido subestimada. Muitas vezes eles mostravam um conhecimento perfeito das necessidades da administração dos arquivos, e, por exemplo, nos Arquivos Privados do Estado da Prússia, que eram então apenas os arquivos do Conselho Privado, eles haviam se eximido da guarda de documentos inúteis da maneira mais cuidadosa e exemplar. Quando o erudito assumiu a maioria das posições nos novos arquivos gerais, sua atitude em relação aos materiais arquivísticos tinha de ser inteiramente diferente da dos seus antigos guardas. Os arquivos tornaram-se instituições preponderantemente científicas e perderam de certo modo seu caráter de repartições do governo.

De acordo com a tendência geral na historiografia, os arquivistas devotavam a maior parte de seu tempo e trabalho, de seus esforços e interesses, em arranjar e catalogar documentos medievais. Sem dúvida essa tarefa era útil e, além disso, muito necessária, desde que, em consequência da secularização dos conventos e de outras instituições religiosas, massas de diplomas medievais, registros e outros materiais semelhantes haviam sido levados para os arquivos estatais. Contudo, o fato é que esses arquivos se desenvolveram, até certo ponto, segundo a linha das coleções de manuscritos das bibliotecas. Dois fatos o evidenciam: primeiro, a transferência regular dos documentos governamentais para os arquivos foi negligenciada. Os papéis governamentais modernos pareciam ser materiais de menor importância e até indesejáveis. Os arquivos, portanto, não se empenhavam por recebê-los em intervalos regulares, e só os aceitavam quando as repartições governamentais desejavam verem-se livres de uma enorme massa de papéis e tinham a bondade de lembrar-se da existência de arquivos estatais que os receberiam e guardariam. Segundo, dentro dos arquivos, os documentos eram muitas vezes arranjados de acordo com pontos de vista não condizentes com seu caráter peculiar. Muitos arquivistas haviam obtido seu treinamento em bibliotecas e apenas eram capazes de pensar em termos de biblioteconomia, e, além disso, as necessidades da investigação erudita e do trabalho de pesquisa eram consideradas de importância tão preponderante que parecia óbvio que

os documentos deviam ser arranjados e catalogados de modo a facilitar por todas as maneiras o uso erudito. Por essa razão, coleções especiais de *biographica*, *militaria*, *ecclesiastica* e outras semelhantes foram constituídas; esquemas sistemáticos artificiais foram inventados, muitas vezes abrangendo todo o conteúdo de um arquivo; e os documentos encaixados nesses esquemas sem nenhuma consideração pela sua conexão original. A ideia francesa do *classement* e especialmente a organização, ou melhor, a sistematização dos documentos nos Arquivos Nacionais são representativas dessa ordem de ideias.

Outro exemplo mostrará a tendência erudita que orientava a administração arquivística desse período: em 1830, a Bélgica separou-se dos Países Baixos. Quando os primeiros documentos do Ministério das Relações Exteriores da Prússia, relativos ao novo reino, foram transferidos para os Arquivos Privados do Estado, então quase exclusivamente depósito dos arquivos do Ministério das Relações Exteriores, não se arranhou lugar para eles. Aí estava um problema. Decidiu-se, finalmente, que esses documentos deviam ser apropriadamente guardados sob a rubrica existente “Ducado da Burgúndia”. Isso mostra até onde os pontos de vista históricos e até mesmo antiquários estavam prevalecendo entre os arquivistas.

A mudança estava a caminho. O princípio do *respect pour les fonds*, derivado da convicção de que os arquivos correspondiam a uma unidade administrativa extinta ou existente e deviam ser preservados adequadamente, foi proclamado na Bélgica e na França por volta de 1840 e progrediu nas décadas seguintes. Recebeu sua última e mais marcada expressão na doutrina holandesa-prussiana, segundo a qual os documentos dentro de um simples *fonds* devem ser mantidos na ordem e com as marcas que haviam recebido no curso da atividade oficial da repartição respectiva. O conhecido manual dos arquivistas holandeses³ deu a sanção final a esta teoria, cuja alteração trouxe mudanças correspondentes no caráter das instituições arquivísticas e no trabalho dos arquivistas.

Os arquivos públicos começaram a valorizar seus traços administrativos, a restabelecer e manter contato com os órgãos administrativos dos quais se esperava que eles recebessem documentos, a pedir transferências regulares e a reclamar participação na decisão a respeito de que documentos deviam ser preservados. Este sistema foi levado ainda mais longe nos países escandinavos, especialmente na Dinamarca, onde os documentos de épocas muito recentes, muitas vezes apenas de um ou dois anos, são transferidos para o Rigsarkiv. V. A. Secher, que dirigiu os arquivos de 1903 a 1915, queria que eles fossem principalmente uma repartição governamental e, assim, empenhou-se em manter a maior proximidade possível entre os ministérios e o Rigsarkiv (Linvald, 1932, p. 265). O resultado é que, sob certos aspectos, o Rigsarkiv se tornou um segundo registro dos ministérios e em 1938 teve de atender nada menos que 22.456 pedidos oficiais.⁴ Existe uma sala especial, onde os documentos

3 Este trabalho foi originalmente publicado em 1898 por S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin; foi publicada uma tradução inglesa por Arthur H. Leavitt, da segunda edição holandesa (1920), como *Manual for the Arrangement and Description of Archives* (New York, 1940).

4 De um folheto oficial do Rigsarkiv (Copenhague, 1939).

são entregues aos mensageiros dos ministérios e este trabalho representa uma carga muito pesada sobre os outros deveres do Rigsarkiv.

O caráter do trabalho dos arquivistas foi atingido de modo idêntico. Onde, antigamente, ele se assemelhava ao dos bibliotecários, começa agora a assemelhar-se ao dos oficiais de registros públicos. O ideal seria reconstruir tão deliberada e cuidadosamente quanto possível o arranjo original dos arquivos dos diferentes *fonds* e atribuir seu próprio lugar a cada documento e a cada maço, e quando se completasse esse trabalho reconstutivo a tarefa do arquivista pareceria realizada. Naturalmente, a mesma espécie de tarefa reconstitutiva era aplicada aos *fonds* mais antigos que haviam sido misturados e metodizados, e mostrou-se muito útil, restabelecendo a ligação original dos documentos e mostrando, assim, o funcionamento de repartições extintas, ao mesmo tempo em que tornava possível a investigação de sua história; mas, de regra, o fluxo de documentos modernos recebidos era tão grande e os quadros técnicos de arquivistas tinham tal falta de auxílio subordinado que os arquivistas eram obrigados a gastar a maior parte de suas horas de trabalho arranjando documentos modernos de acordo com as tabelas originais de registro.

Nas décadas recentes fez-se sentir uma reação contra esse estado de coisas. Foi assinalado que o arranjo original de um arquivo podia não ser o mais desejável para fins de pesquisa; que as tabelas de registro podiam ser primitivas e idiotas, indignas de serem reconstruídas, especialmente se apenas fragmentos do *fonds* haviam sido preservados; que, por outro lado, alguma coisa devia ser feita para tornar os arquivos facilmente acessíveis à resposta de questões formuladas de acordo com as necessidades dos inquiridores atuais; e que, portanto, o arquivista devia fazer algo mais que o trabalho secundário de registro, a fim de tornar seu acervo acessível aos estudiosos. Ideias dessa espécie foram formuladas pela primeira vez na Alemanha, por Max Bär (1912), que mostrou de modo muito efetivo, que a preservação escravizada do arranjo original de um *fonds* é muitas vezes insuficiente e uma ordem mais racional poderia ser estabelecida sem destruir a possibilidade de reconstruir a antiga ligação de unidades arquivísticas. Nos anos recentes, expressaram dúvidas e reflexões semelhantes Karl Gustaf Weibull,⁵ um arquivista sueco, e Johannes Schultze, que tentou, com muito êxito, mostrar até onde a aplicabilidade do princípio da proveniência está sujeito a certas restrições.

A luta de ideias continuará por algum tempo. Parece-nos que o futuro trará uma solução intermediária: os arquivos e documentos serão arranjados nas prateleiras e inventariados de acordo com sua ordem original; então, o arquivista tentará estabelecer um arranjo mais inteligente, de acordo com as necessidades modernas, e capaz de responder às questões do moderno trabalho de pesquisa, pela catalogação e feitura de índices dos documentos e pelo preparo de cuidadosas e exaustivas descrições do conteúdo dos diferentes *fonds*, indicando-se, ainda, a possível significação histórica de suas diferentes séries.

Não há dúvida de que é impossível prever os problemas históricos do futuro, conjecturar a que possíveis propósitos de pesquisa os documentos poderão servir nos próximos tempos

5 Vide seu último artigo em *Archivalische Zeitschrift*, XLII-XLIII (1934). 52 p.

e fazer catálogos e índices que permaneçam satisfatórios para sempre. O trabalho terá de ser revisto, suplementado ou até refeito no futuro. Mas isso não é razão para se desistir inteiramente da tentativa de adaptar nossos meios de busca às necessidades de nosso próprio tempo, sem destruir o arranjo original dos documentos tal como foi feito quando os arquivos são classificados de acordo com o sistema francês.

A fase de desenvolvimento arquivístico em que as instituições arquivísticas se tornaram conscientes de seus deveres administrativos foi, sem dúvida, responsável por enorme progresso profissional. Preparou-se para a época que sucedeu à Guerra Mundial, quando massas de materiais moderníssimos começaram a afluir para a sua guarda. Tornou os arquivistas conscientes de serem uma parte viva da organização administrativa de seu país e de constituírem um serviço especializado. Fê-los conscientes e convenceu seus superiores de que nem toda pessoa interessada em velhos livros ou com alguma base erudita é capaz de tornar-se um bom arquivista, e que a administração eficiente dos arquivos requer treinamento especializado. A esse respeito realizaram-se esforços em numerosos países para suplementar esse treinamento, seja pelo estabelecimento de escolas ou institutos especiais, seja oferecendo oportunidade para adquirir-se a necessária capacidade no curso de ocupação preparatória.

Construir uma ciência de técnica arquivística foi tarefa suplementar. Há de parecer que os diferentes métodos de realizar as tarefas, de fazer e guardar documentos prejudicarão as tentativas de se estabelecer uma teoria de economia arquivística que responda às necessidades de cada país. Pelo menos os manuais publicados estão tão intimamente ligados às situações peculiares familiares a seus autores, que têm uso apenas limitado em outros países. É óbvio que, em primeiro lugar, a história da construção e guarda de arquivos tem de ser procurada e tratada para cada país individualmente. Uma vez feito isso, será possível apontar os traços comuns e discutir os problemas comuns na forma de um manual sumário de arquivos. Por enquanto, os arquivistas acham útil examinar os métodos de outros arquivos, especialmente os ligados ao cuidado físico e preservação dos documentos, e adaptá-los às situações de seus próprios países, caso sejam eficientes.

A cooperação das administrações de arquivos numa base internacional conseguiu, pelo menos, um resultado notável. Um comitê de técnicos de arquivos, estabelecido pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, publicou o valioso *Guide international*, oferecendo, pela primeira vez, dados concernentes à organização e às atividades de todos os arquivos governamentais europeus. A tensão política dos últimos anos e o rompimento da guerra atrasaram, pelo menos, a execução de outros planos do Instituto Internacional, entre os quais um dicionário da terminologia arquivística é dos mais urgentes, pois tal dicionário é uma preliminar essencial ao estudo dos problemas de arquivos em escala geral.

Os anos decorridos desde o fim da I Guerra Mundial presenciaram alguns desenvolvimentos inteiramente novos. A legislação russa de arquivos criou o conceito da unidade de arquivos governamentais, de acordo com o qual todos os documentos conservados em repartições governamentais ou transferidos para depósitos arquivísticos constituem um *fond* indiviso e único. O decreto de 30 de janeiro de 1922 autorizou a administração dos arquivos russos a examinar os arquivos de todas as repartições do governo e, se necessário, requerer

ao Comitê Executivo Central o remédio indispensável. A Lei dos Arquivos Nacionais americana contém disposições semelhantes, se bem que menos radicais. Legalmente, muita dessa autoridade ou talvez até maior havia sido conferida ao *Master of the Rolls* pela legislação inglesa de arquivos. O *First Report* da Royal Commission on Public Records assinala que

pela operação combinada da interpretação muito lata da lei principal e da ordem do Conselho feita em 1852, todos os arquivos dos nossos departamentos de Estado na Inglaterra estão agora, e estiveram desde a última data mencionada, ao encargo e sujeitos à superintendência do *Master of the Rolls*. Segue-se que ele pode, a qualquer momento, assumir a guarda de todos ou de qualquer deles emitindo mandados assinados por ele, de acordo com o previsto na lei; e isso sem nenhuma exceção relativa aos documentos em uso corrente em seus respectivos departamentos, ou de natureza especialmente confidencial, e sem qualquer exigência de aprovação pelos chefes de departamentos, ou até sem obrigação de consultá-los. Em outras palavras, é possível, do ponto de vista estrito da lei, ao *Master of the Rolls* deslocar com uma só penada todo o mecanismo executivo do Estado (Royal Commission on Public Records, 1912, p. 3-4).

Desnecessário é dizer que prerrogativas deste porte jamais foram reclamadas pela administração dos arquivos ingleses, e não sei se, ou até que ponto, a legislação de arquivos russa e americana foi influenciada por esses antecedentes meramente teóricos da Inglaterra. De qualquer modo, os regulamentos de ambos os países mostram um enorme aumento no poder das administrações de arquivos, e, sem dúvida, o direito restrito de examinar os arquivos de certos ministérios, conferido pela direção dos arquivos franceses, é devido a tais precedentes.

Parece que este não será o estágio final do desenvolvimento. A autoridade das administrações de arquivos para examinar documentos ainda sob a custódia das repartições governamentais certamente será o primeiro passo que conduzirá a poderes ainda mais amplos. Se todos os arquivos públicos de uma nação são um único *fonds* indiviso, as repartições que se destinam a recebê-los e guardá-los terão, em última análise, justificativa para exigir o direito de dar-lhes orientações a respeito de como os arquivos das repartições governamentais deveriam ser organizados e mantidos desde o início, de forma a assegurar um arranjo original satisfatório e que seja também apto a ser retido pelos arquivos públicos. Podemos presumir que, gradualmente, os arquivistas se tornarão os peritos da nação, devendo ser consultados em todas as questões pertinentes à feitura e guarda de arquivos públicos, e igualmente se tornarão os depositários que conservarão os monumentos escritos do passado, dos nossos dias e do futuro.

Referências bibliográficas

- BÄR, Max. *Das Königl. Staatsarchiv in Danzig seine Begründung, seine Einrichtung und Pestände*. Leipzig, 1912. 34 p. (Mitteilungen der Königl. preussischen Archivverwaltung, Heft 21).
- BOURGIN, G. Les Archives Nationales depuis la guerre. *Revue des Bibliothèques*, 1926.
- BRULIN, H. Das schwedische Archivwesen. *Archivalische Zeitschrift*, v. XXXVIII, 1929.
- GALBRAITH, V. H. *An introduction to the use of the Public Records*. Oxford: Clarendon Press, 1934.
- JOURNAL OFFICIEL DE LA REPUBLIQUE FRANÇAISE. Melun: Imprimerie Administrative, 23 de julho de 1936, p. 7.711-7.712, e edição separada.
- LINVALD, Axel. Das Archivwesen Dänemarke. *Archivalische Zeitschrift*, v. XLI, 1932.
- RICHOU, G. C. M. *Traité théorique et pratique des archives publiques*. Paris, 1883. 325 p.
- ROYAL COMMISSION ON PUBLIC RECORDS. *First Report*. London, 1912.